

## RELATORIO DO PROJETO VIDEO - CARAJAS

ANO DE 1990

Apresentamos aqui um breve relato das atividades desenvolvidas pelo projeto neste ano de 1990. Em anexo os relatórios das viagens de gravação em Minas Gerais e Sul do Pará e Maranhão.

Em março realizamos a edição do primeiro video destinado a devolução do material para a area sobre o conflito fundiário na região de Buriticupu partindo de um caso que envolve um latifundio de uma grande madeireira e agentes do governo que reprimem a ocupação da dita fazenda por lavradores sem terra em nome da defesa da ecologia.

Este video foi apresentado na reunião "Posse e uso da terra no Maranhão" promovida pela CARITAS, Sociedade Maranhense de defesa dos direitos humanos/SMDDH e Associação dos Assentados do Maranhão com a participação de trabalhadores de vários sindicatos do estado inclusive aqueles que figuram no video. Pudemos assim submeter esta primeira versão a critica dos personagens envolvidos.

Em maio fomos ao Rio de Janeiro entrevistar o geógrafo Orlando Valverde e a funcionária da CVRD Maria de Lourdes Freitas. De 25 de maio a 4 de junho estivemos no Vale do Aço em Minas Gerais e de 13 de agosto a 10 de setembro passamos por Brasília entrevistar a presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente/IBAMA e retornamos a região de Carajás (vide relatos em anexo)

Em outubro enriquecemos a versão original do video sobre conflito fundiário no Maranhão do qual estamos lhe enviando uma copia esclarecendo que não fizemos uma versão em ingles porque ainda se trata de uma versão para o público brasileiro. A versão em ingles será uma síntese de todos os pequenos videos temáticos numa linguagem compreensível pelo publico europeu.

A proxima etapa agora consiste em editar mais dois videos temáticos para a região: um sobre a questão do reflorestamento em Minas Gerais para uso pelos sindicatos do Carajás na discussão deste tema com os lavradores e outra sobre a situação fundiária no sul do Pará, a disputa da siderurgica com posseiros e a frente carvoeira ocupando o espaço dos lavradores. E possivel que tenhamos que retornar a Minas Gerais para Sete Lagoas, o maior polo guseiro do País para a edição deste primeiro.

Deveremos em breve também entrevistar o geógrafo Aziz Ab Saber aprofundando o tema das falhas da legislação florestal brasileira a questão do reflorestamento. Insistiremos para conseguir um pronunciamento do secretário do meio ambiente prof. Lutzemberg.

Uma vez cumpridas estas etapas estaremos em condições de trabalhar na edição do produto final, uma versão média metragem em portugues e ingles para o público em geral.

Sentimos que na medida em que poderíamos contar com novos recursos poderíamos dar prosseguimento ao projeto desenvolvendo outros sub temas como "os índios a margem dos investimentos de Carajás - Apinayé e Krikati" e dando prosseguimento ao acompanhamento do processo de implantação do Grande Carajás.



## VIAGEM AO VALE DO AÇO (MG)

=====

Projeto Video Carajás  
Centro de Trabalho Indigenista  
setembro 1990

Em maio último realizamos uma viagem de oito dias à região conhecida como "Vale do Aço" - municípios de Timóteo, Cel. Fabriciano, Ipatinga, João Monlevade, Caeté, Santa Bárbara e Barão de Cocais - em Minas Gerais, pioneira da siderurgia no Brasil. O objetivo era registrar o processo de trabalho nas atividades de reflorestamento com eucalipto, tal como se verifica hoje naquela região, ao lado das consequências ambientais desse processo de industrialização. Este enfoque possibilitaria uma comparação com a situação de degradação sócio-ambiental que se inicia atualmente na região do chamado Programa Grande Carajás, onde se implanta a siderurgia carvão vegetal.

A partir de contatos com o Sindicato dos Metalúrgicos da Acesita e Timóteo (Metasita), iniciamos os registros nas áreas de reflorestamento das grandes empresas (Acesita e Belgo Mineira, sobretudo nas relações de trabalho predominantes. Dadas as grandes extensões dessas áreas (cerca de 200 mil hectares a Acesita e, dizem alguns, 10 % de Minas Gerais a Belgo Mineira), as empresas mantêm sistemas de vigilância e policiamento ostensivo, peculiares à propriedade privada, que dificultam (chegando mesmo a impedir) o seu registro e documentação em vídeo.

Até os anos 40, aquela vasta região mineira - repleta de inúmeros jazimentos minerais (principalmente a província ferrífera de Itabira, explorada pela Cia. Vale do Rio Doce, que ali se formou) - era coberta por florestas nativas, que foram sumariamente destruídas com o carvoejamento, para alimentar as usinas siderúrgicas que se instalaram, posteriormente transformadas em aciarias de grande porte.

Atualmente predominam na paisagem extensas áreas reflorestadas com eucaliptos que, no entanto, atendem apenas a 50% da demanda das fábricas de celulose (principalmente CENIDRA, subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce) e as grandes empresas Acesita e Belgo Mineira, abastecidas com 90-100% de carvão vegetal (1).

Os depoimentos coletados dos trabalhadores da indústria extrativa - plantadores de eucaliptos e carvoeiros - embora ligados a um sindicato de orientação patronal, tratam dos direitos fundamentais recém-conquistados por eles naquela região relativos à redução da jornada de trabalho, descanso semanal, salário mínimo, etc. (até há pouco tempo, por exemplo, os trabalhadores tinham uma jornada diária que chegava a exceder 12 horas de trabalho). Ainda hoje esses trabalhadores assalariados dispõem de pouco tempo para os serviços nas roças de subsistência que mantêm nos quintais das terras das empresas, a quem chegam a pagar, como renda, um terço da produção (milho, feijão, etc.).

(1) A Usiminas, em Ipatinga, empresa mista com capital japonês (que deverá ser completamente privatizada em breve) opera com carvão mineral, ocasionando intensa poluição do ar em toda a região.

Foram registrados também depoimentos de antigos moradores locais relativos ao modo violento como essas grandes empresas se apossaram das terras na região. Estes registros possibilitam fazer algumas comparações com a situação que se verifica hoje na região do Carajás. Também em Minas Gerais, inúmeras famílias foram violentamente expulsas das terras que ocupavam há gerações para que as empresas plantassem eucaliptais, após terem derrubado toda a mata nativa.

Apesar de disporem de grandes extensões de terras, conforme mencionado, estas siderúrgicas (e aciarias) não são auto-suficientes em matéria de abastecimento de carvão vegetal, ou seja, adquirem cerca de 50% de terceiros, proveniente de mata nativa.

A destruição das florestas verificada em Minas Gerais, o esgotamento dos solos e erosão pronunciada, poluição de rios (sobretudo Piracicaba e Doce) com os dejetos das usinas são consequências ambientais muito visíveis desse processo de industrialização instalado com tecnologia dos moldes de fins do século XIX, tal como ocorre agora em Carajás.

Os antigos municípios mineiros de Santa Bárbara, Caeté e Barão de Cocais abrigam siderúrgicas a carvão vegetal de menor porte, hoje situadas praticamente no coração das cidades (que também é o caso da grande Belgo Mineira, em João Monlevade).

Ao procurar documentar aspectos relativos à procedência do carvão que abastece até hoje essas usinas em Minas Gerais, pode-se verificar que as "frentes carvoeiras" se distanciam cada vez mais, atingindo por exemplo o sul da Bahia (região de mata atlântica remanescente), o Mato Grosso do Sul e Goiás. Pode-se supor até que se vá encontrar com a frente carvoeira de Carajás estendendo, como já ocorre, relações de trabalho de caráter semi-servil, engendrando pobreza rural.

Pouco tempo antes de realizarmos esta viagem, a grande imprensa nacional divulgava suspensão (pelo IBAMA) de atividades de 21 pequenas e médias usinas siderúrgicas e Minas Gerais, uma vez verificadas irregularidades no chamado Plano Integrado Floresta-Indústria (PIFI), evidenciando dificuldade de controle das transgressões legais que se verificam neste setor.

Este fator levou-nos, posteriormente, a uma entrevista com o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Carvão Vegetal (ABRACAVE), em Belo Horizonte (MG). O seu depoimento é esclarecedor quanto à estratégia dos empresários que abastecem o setor siderúrgico a carvão vegetal. Dispõem de uma rede de poder considerável que permite manter e incrementar suas atividades através de benesses do Estado (os incentivos fiscais para reflorestamento que, na prática, não se verifica). Na defesa da produtividade e lucratividade das chamadas florestas energéticas (ou produtivas), as questões sociais (fundiárias ou relativas à produção de alimentos) são claramente relegadas a um plano secundário.

OBS.: antes de realizarmos esta viagem a Minas, fizemos uma entrevista com o Prof. Orlando Valverde, geógrafo e presidente da Campanha Nacional de Defesa e pelo desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), autor de um trabalho intitulado Grande Carajás: Planejamento de Destruição (EUSP/Forense Universitária/UNB, 1987), onde são tratadas as alternativas possíveis a carvão vegetal na siderurgia primária.

## SEGUNDA VIAGEM A REGIÃO DO "CARAJAS"

=====

Projeto Video Carajás  
Centro de Trabalho Indigenista  
setembro 1990

Esta viagem realizada pela equipe de três pessoas à região do "Carajás", com a duração de um mês (entre agosto e setembro últimos), foi precedida de uma tentativa de entrevistarmos o atual titular da Secretaria do Meio Ambiente, em Brasília (antes de tomar posse com o novo governo federal, defendia o fechamento das usinas siderúrgicas na região de Carajás, consumidoras de floresta amazônica). Ao lado deste fator, motivava-nos também a entrevista um anúncio feito em julho último em Carajás (na área da mina, com a presença do ? do Meio Ambiente e do Presidente da República), de uma proposta da Cia. Vale do Rio Doce para implantação de "Florestais na Amazônia?", ou seja, extensas plantações de eucaliptos (ou "Florestas produtivas") ao longo da estrada de Ferro Carajás, no trecho situado entre Marabá (PA) e Santa Inês (MA). No entanto, o Secretário não dispôs de tempo para nos conceder essa entrevista.

Recebeu-nos a atual presidente do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis) que, por sua vez, anunciava o início de mais uma "Operação Amazônia", voltada principalmente para a imprensa internacional, com o intuito de flagrar e multar desmatamentos e queimadas na Amazônia, que se intensificam no período da seca.

O acompanhamento de parte desta "Operação Amazônia" (por nós realizado a partir de Marabá), com agentes do IBAMA e da Polícia Federal, helicópteros e viaturas durante uma semana, em localidades ao sul e sudeste do Pará e sudoeste do Maranhão, evidenciou o caráter efêmero do controle pretendido pelo IBAMA.

Durante um mês percorremos cerca de 3.000 Km de carro nesta região, onde pudemos registrar, no Maranhão:

Acompanhamentos dos casos de conflitos fundiários verificados na região de Buriticupu (entre Açailândia e Santa Luzia), exatamente no centro da área pretendida para a implantação dos chamados "polos florestais" (beneficiando grandes proprietários rurais). Ficam claras as contradições com os sistemas vigentes de ocupação e utilização da terra por pequenos produtores agrícolas na região (casos de Novo Oriente, São José do Andaraí, fazendas Matary, Miril e Sikel).

Intensificam-se, por parte das grandes empresas madeireras que atuam na região, as pressões e a violência sobre os moradores dos "centros", como são chamadas no Maranhão as localidades em áreas de matas ocupadas há gerações por trabalhadores rurais. Ações judiciais movidas contra essas empresas apontam para novas formas de "resistência" das populações locais. Os depoimentos dos advogados e assessores ligados aos movimentos de defesa dos direitos humanos (especialmente em São Luís), tomados a fina da viagem foram esclarecedores a esse respeito.

As notícias de que o carvoejamento para o abastecimento das usinas de Açailândia (Piquiá) se estende ao norte de Tocantins (na região de Estreito), até alcançar Paragominas, no Pará, faz soar que o envolvimento dos trabalhadores rurais esteja crescendo,

em detrimento da produção de alimentos para subsistência. O registro da situação atual dos Apinajé, grupo Je-Timbira situado a norte de Tocantins (Tocantinópolis), utilizados como mão-de-obra para a produção do carvão exemplifica um "limite" neste processo. A prevalência de interesses de políticos locais sobre o território Apinajé, erroneamente demarcado pela FUNAI em 1986 e hoje intrusado em praticamente todos os seus limites caracteriza essa situação. Os Apinajé, sob condições alimentares e de saúde precárias, não deixam, todavia, de continuar a reivindicar a revisão da demarcação efetuada, indenização e retirada de ocupantes indesejáveis dos seus limites territoriais.

#### No Pará:

Na ? de Marabá, o acompanhamento da instalação das empresas e de suas estratégias em relação a futuro - seja em termos de expansão para a aciaria ou em termos do próprio abastecimento de carvão - foi abordado em entrevista pelo atual diretor da COSIPAR (empresa do grupo privado nacional ITAMINAS, de Minas Gerais). As questões ambientais e sociais decorrentes deste processo não surgem como preocupação, a não ser de modo secundário.

Tanto em Marabá como em Buriticupu (no Maranhão), foram visitados os experimentos de manejo florestal desenvolvidos desde 1982 pela Cia. Vale do Rio Doce, voltados sobretudo para as indústrias de papel e celulose (o carvão para siderurgia seria apenas um sub-produto deste manejo a custo elevado).

Amplia-se notavelmente a rede de intermediários no processo produtivo do carvão. Arrendam terras, muitas vezes castanheais (caso da fazenda Piranheira, em Marabá), trazem mão-de-obra conhecedora da tecnologia rudimentar do fabrico do carvão, que trabalha sob o regime do "barracão", onde bens essenciais à subsistência lhes são vendidos pelo patrão para serem descontados ao pagamento pela produção final. A exploração do trabalho humano é evidenciada pelo preço pago pela tonelada de carvão vegetal nativo, produzido sob essas condições na região de Marabá: US\$ 20 - o que torna economicamente viável a operação dessas usinas na Amazônia Oriental.

Foram entrevistados ainda membros dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Marabá e São João do Araguaia.

Obs.: Problemas técnicos com o equipamento de filmagem exigiram uma viagem de dois dias a São Paulo por parte de um dos membros da equipe.